

Da invisibilidade a vida pública: marchas de mulheres reforçam identidades e lutam contra o patriarcado

*De la invisibilidad a la vida pública: marchas de mujeres refuerzan
identidades y luchan contra el patriarcado*

Ylka Etienne de Oliveira Cordeiro¹

Betania Maciel²

Resumo

O Brasil e a América Latina do século XXI vivem um momento de profundas tensões nos campos político, econômico, social e cultural. Principalmente quando se trata da luta por igualdade de direitos entre mulheres e homens, e pelo fim da violência contra a mulher. Em vários estados do Brasil, os movimentos sociais de mulheres vêm planejando e executando uma agenda intensa de ações para multiplicar em sociedade as bandeiras de lutas que perpassam a causa feminista. Dentre elas à realização de marchas que reúnem milhares de mulheres. A mais conhecida é a Marcha das Margaridas, que acontece a cada quatro anos, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag), na capital do Distrito Federal, Brasília. A Marcha homenageia a trabalhadora rural e líder sindical Margarida Maria Alves, paraibana assassinada em 1983, por latifundiários, quando lutava por direitos de camponesas e camponeses no estado da Paraíba. Hoje, a região também tem sua própria caminhada. As mulheres organizadas em sindicatos rurais ganharam força e levam anualmente, no dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher) às ruas da região chamada de brejo paraibano, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. A marcha promovida por sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais do Polo da Borborema e pela ONG AS-PTA está em sua oitava edição. O objetivo deste trabalho é identificar o Estado da Arte sobre as marchas de mulheres camponesas e sua relação com a agroecologia, evidenciando de que forma estão fortalecendo as lutas por direitos e no enfrentamento da violência contra a mulher no campo. A pesquisa foi realizada a partir da base de dados Periódicos CAPES. Nas buscas foram adotados os descritores: mulheres camponesas e agroecologia, sendo identificadas 41 produções.

Palavras-Chave: gênero; marcha; mulher; participação.

Resumen

Brasil y América Latina del siglo XXI viven un momento de profundas tensiones en los campos político, económico, social y cultural. Principalmente cuando se trata de la lucha por la igualdad de derechos entre mujeres y hombres, y por el fin de la violencia contra la mujer. En varios estados de Brasil, los movimientos sociales de mujeres vienen planeando y ejecutando una agenda intensa de acciones para multiplicar en sociedad las banderas de luchas que atraviesan la causa feminista. Entre ellas están a la realización de marchas que reúnen a miles de mujeres. La más conocida es la Marcha de las Margaritas, que se realiza cada cuatro años, organizada por la Confederación Nacional de los Trabajadores en Agricultura (Contag), en la capital del Distrito Federal, Brasilia. La Marcha rinde homenaje a la trabajadora rural y líder sindical Margarita Maria Alves, paraibana asesinada en 1983, por latifundistas, cuando luchaba por derechos de campesinas y campesinos en el estado de Paraíba. Hoy, la región también tiene su propia caminata. Las mujeres organizadas en sindicatos rurales ganaron fuerza y llevan anualmente el día 8 de marzo a las calles de la región llamada brejo paraibano, la Marcha por la Vida de las Mujeres y la agroecología. La marcha promovida por sindicatos

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Recife, Pernambuco, Brasil; ylkaoliveira@gmail.com.

² Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP); Universidade Federal Rural de Pernambuco; Recife, Pernambuco, Brasil; betaniamaciel@gmail.com.

de trabajadoras y trabajadores rurales del Polo da Borborema y por la ONG AS-PTA está en su octava edición. El objetivo de este trabajo es identificar el Estado del Arte sobre las marchas de mujeres campesinas y su relación con la agroecología, evidenciando de qué forma están fortaleciendo las luchas por derechos y en el enfrentamiento de la violencia contra la mujer en el campo. La investigación fue realizada a partir de la base de datos Periódicos CAPES. En las búsquedas fueron adoptados los descriptores: mujeres campesinas y agroecología, siendo identificadas 41 producciones.

Palabras clave: género; marcha; mujer; participación.

1. Introdução

Da luta popular feminista nascem os instrumentos para fortalecer a trajetória de desafios encontrados no caminhar dos movimentos sociais no Brasil. Por muitos anos as mulheres ocuparam o espaço doméstico e foram afastadas da vida pública como consequência de uma sociedade patriarcal e machista. A figura masculina dominava os espaços de poder e de tomada de decisões. Para a mulher só restavam os serviços da casa e os cuidados com filhos e filhas.

Segundo CERES (1992) a luta das mulheres pressupõe uma crítica radical ao patriarcado capitalista, isto é, da injustiça básica que consiste na discriminação e opressão de um sexo pelo outro, ou na separação arbitrária entre a vida privada e a pública; para que o quadro seja revertido pressupõe-se a condição de possibilidade da plena realização do projeto socialista ser a emancipação, libertação e integração das mulheres na vida social; parafraseando Sartre, digamos que “o feminismo nada mais é do que o esforço para tirar todas as consequências de um projeto socialista coerente” (apud Maciel).

“Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer participando sem medo de ser mulher. Pois sem mulher a luta vai pela metade”. Essa é uma estrofe da letra escrita pelo compositor Zé Pinto. Letra que ganha força quando cantada por milhares de mulheres marchando nas ruas no Dia Internacional da Mulher – 8 de março. A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia realizou oito edições na região do brejo no estado da Paraíba. É na participação nas marchas que as mulheres caminham juntas, segurando faixas, cartazes, usando chapéus floridos e camisas na cor lilás pelas ruas do campo e da cidade.

Foi na busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e pelo enfrentamento a violência de gênero no campo, que as camponesas compreenderam que precisavam ampliar os espaços de expressão e organização para garantir conquistas alcançadas e lutar por mais direitos. Neste sentido, o Polo da Borborema (articulação de 14 sindicatos rurais) e a ONG AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, que compõe a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) organizaram a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

A marcha teve sua primeira edição no ano de 2010, no município de Remígio, reunindo cerca de 700 mulheres. A Marcha já ocorreu nos municípios de Massaranduba, Queimadas, Esperança, Solânea, Lagoa Seca, Remígio e Areial. Entre as pautas defendidas pelas mulheres está a consolidação do papel da agroecologia enquanto prática da agricultura familiar em prol da segurança e soberania alimentar das famílias; a preservação das sementes crioulas; e a luta pelo acesso à água para consumo próprio e produção de alimentos.

A trajetória do movimento feminista na Paraíba vem do passado. Segundo Ferreira (2010, p.18), o primeiro grupo feminista da Paraíba foi criado em 1979. Era chamado de Centro da Mulher Paraibana. No ano seguinte surge o grupo Maria Mulher, sendo que este se dispersa em 1988. Somente na década de 1990, surgem outros grupos na capital da Paraíba, João Pessoa. São o Centro da Mulher 8 de Março e o Coletivo Feminista Cunha.

Mas por que se faz necessário a realização de uma marcha em pleno século XXI? Mesmo com tantos avanços como a conquista e efetivação de leis que protegem a mulher da violência, ainda é recorrente os casos de feminicídio provocados por companheiros que não aceitam fins de relacionamentos ou a emancipação da mulher. Ainda é recorrente a mulher ocupar cargos de chefia, mas ter salários mais baixos que os homens, ou simplesmente não poder sair de casa ou viajar pois precisa cuidar dos filhos e das refeições de toda a família. É neste sentido que o movimento feminista se faz presente e fundamental para provocar reflexões e debates na sociedade contemporânea.

Segundo Toscano (1992, p.18) “o movimento feminista denota uma ação organizada de caráter coletivo que visa mudar a situação da mulher na sociedade, eliminando as discriminações a que ela está sujeita.” (apud FERREIRA, 2010, P. 98).

Este trabalho aponta algumas considerações a respeito da participação das mulheres em marchas. Serão aqui apresentadas algumas considerações.

2. Breve resgate histórico do feminismo no Brasil

O movimento feminista no Brasil tem início na segunda década do século XX. A primeira bandeira de luta das mulheres é pelo voto feminino. A maior representante é Nísia Floresta, que ainda no século XIX também defende o acesso das mulheres à educação. A partir daí surge a carreira de magistério e formam-se as primeiras professoras primárias. Porém, era o feminismo representado por mulheres brancas, provenientes da elite, que contavam com o apoio da família para estudar no exterior, especialmente na Europa. A primeira onda do movimento feminista no Brasil teve forte influência dos ideais de Bertha Lutz (1894-1976), que traz as influências do feminismo vivido pela Europa e EUA.

Segundo Toscano (1989, p.29), esse primeiro momento do feminismo organizado e atuante não se caracterizava por ser revolucionário ou abertamente contestatório. Ao contrário, na maior parte dos estatutos dessas organizações, vem registrada a sua intenção de manter-se fiel aos princípios da ordem e da harmonia social (apud FERREIRA, 2010, p. 80).

A segunda onda feminista no Brasil. Já na década de 1960, é quando a mulher conquista o direito de controlar a sua fertilidade. Com a pílula anticoncepcional Enovid, descoberta por cientistas e lançada em 1957, nos Estados Unidos, nascia a revolução sexual para a vida das mulheres. Por um lado aprovações como a da enfermeira, sexóloga, escritora e ativista Margareth Sanger, que comemorou a liberdade sexual na escolha de ter ou não filhos. Margareth criou o termo birth control nos Estados Unidos (controle de natalidade em português). Embora haja também críticas a seu pensamento eugenista e elitista, por Margareth defender que uma família com dificuldades financeiras não deveria ter muitos filhos, somente um ou dois.

Por outro lado, um grupo de feministas se mostrava preocupado com as questões de segurança do uso do medicamento e os riscos à saúde. Ou o intuito de controlar a taxa de natalidade de populações miseráveis, que poderia estar por trás do surgimento da pílula. A pílula foi sendo aperfeiçoada, e surgiram outros métodos de controle como adesivos anticoncepcionais e o DIU (Dispositivo Intrauterino). Ou seja, a luta feminista avança junto com o avanço da ciência. Quando esse grupo analisava somente por um aspecto, era tendencioso em avaliar a pílula somente de um ponto de vista. Por isso, concordamos com Bachelard (1996) quando o filósofo afirma que “o conhecimento geral é quase fatalmente conhecimento vago”. Conclusões baseadas num primeiro olhar, pautado em generalidades que fatalmente impediram uma análise mais detalhada dos benefícios da pílula para a vida da mulher. Sobre essa questão, Bachelard sustenta a tese filosófica de que devemos sustentar em

nós a formação de um espírito científico que vai contra a natureza, contra o arrebatamento natural, contra o fato colorido e corriqueiro.

Na formação do espírito científico, o primeiro obstáculo é a experiência primeira, a experiência colocada antes e acima da crítica – crítica está que é, necessariamente, elemento integrante do espírito científico. Já que a crítica não pôde intervir de modo explícito, a experiência primeira, não constitui de forma alguma, uma base segura. (BACHELARD, 1996, p. 25)

É importante enfatizar que este é ainda um momento de crise na democracia brasileira, quando ocorre o golpe militar. Enquanto que na terceira onda, já na década de 1990, inicia-se o discurso de que as mulheres são atingidas de formas diferentes nos processos de exclusão, a depender de classe, de sua raça, de sua orientação sexual.

3. Resultados

Segundo a literatura pesquisada a participação política das mulheres integrantes de movimentos rurais tem contribuído para o reconhecimento de camponesas enquanto sujeito de direitos, protagonistas de suas histórias de vida, e na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres (AGUIAR, 2016).

Em seu artigo, Aguiar (2016) observa que os movimentos de mulheres rurais passaram por transformações na forma de se organizarem e nas participações nos espaços públicos. Uma das ações de grande mobilização no país é a Marcha das Margaridas, que ocorre em Brasília/DF, a cada quatro anos, e que propõe mudanças estruturais, econômicas, culturais e simbólicas. As mulheres fazem provocações a respeito do avanço do agronegócio e seus impactos na vida rural, além de reafirmarem o papel da agricultura familiar. A Marcha também reforça a identidade das trabalhadoras rurais enquanto mulheres da floresta e das águas.

O reconhecimento de sua identidade fez com que as mulheres rurais ocupassem espaços antes reservados somente aos homens. Elas saíram do espaço doméstico, onde os cuidados com os filhos, idosos e doentes ocupavam todo o seu tempo. Compreenderam que não são ajudantes do companheiro nas tarefas de trabalho, mas também desempenham um papel fundamental para a agricultura familiar, o que de acordo com Herrera (2016), diz respeito à manutenção e reprodução social da agricultura familiar, uma vez que as suas atividades cotidianas estão relacionadas integralmente às suas famílias e a seus estabelecimentos agrícolas. Com isso, essas mulheres permanecem cuidando do espaço doméstico, e ainda acumulam a tarefa de manter o sustento financeiro da família.

No entanto, há uma interdependência entre a reprodução e produção no âmbito rural, ou seja, entre o trabalho doméstico e cuidados com os filhos. Segundo afirma Moura e Moreno (2013), esse aspecto apresenta-se de forma diferente para as mulheres urbanas que têm uma carga horária para cumprir de trabalho. O espaço rural não possui uma divisão rígida, pois as mulheres transitam entre o roçado, o quintal e a casa. “Faz-se necessário visibilizar a sobrecarga de trabalho das mulheres e as consequências da conciliação entre produção e reprodução. [...] Esta é uma dimensão importante para que a conquista da autonomia econômica das mulheres esteja relacionada com a construção de relações de igualdade.” (MOURA, MORENO, 2013).

A participação das mulheres do campo em movimentos reflete fundamentalmente na preservação dos recursos naturais. A partir da participação em intercâmbios garantem a troca de conhecimentos e aplicação destes nos trabalhos na horta. “[...] As mulheres fazem do

trabalho na horta um ponto de reflexão e discussão para elevar a autoestima, construir alianças, compartilhar experiências. Assim, elas reavaliam o trabalho, papel social e seus anseios quanto ao posicionamento junto ao âmbito familiar e público.” (ADÃO, STROPASOLAS, HÖTZEL, 2011).

4. Considerações finais

O surgimento das marchas de mulheres, dos movimentos, o trabalho das ONGs, vem construindo e modificando a realidade das mulheres no campo. As mulheres camponesas saem da invisibilidade do espaço doméstico para ocupar a vida pública, lugar antes de maior presença masculina. Embora continuem acumulando papéis como mães, cuidadoras, trabalhadoras, é um passo adiante na luta pela garantia de direitos e na efetivação de outros já conquistados. A trajetória de luta acumula perdas, mas também avanços como a implementação de políticas públicas para as mulheres do campo. E nesta caminhada a agroecologia tem sido forte aliada na construção de um projeto de vida saudável, onde famílias agricultoras alcançam a soberania e segurança alimentar.

Referências

- ADÃO, N.M.L.; STROPASOLAS, V.L.; HÖTZEL, M.J. Movimento de mulheres camponesas e a semeadura de novas perspectivas: os significados da (re)produção de sementes crioulas para as mulheres no Oeste Catarinense. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.8, n.2, jul.- dez. 2011. p. 160-198. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2011v8n2p160/20573> Acesso em: 10 jul. 2017.
- AGUIAR, V.V.P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da marcha das margaridas. **Política & sociedade: revista de sociologia política**, Florianópolis, v.15, n. 35, jan-abr. 2016. p. 261-296. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261/33804> Acesso em: 10 jul. 2017.
- BACHELARD, G. A Formação do Espírito Científico. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- FERREIRA, A.P. R.A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural. Tese de doutorado defendida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, 2010.
- HERRERA, K.M. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Política & sociedade: revista de sociologia política**, Florianópolis, v.15, supl. 2016. p. 208-233. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208/33802>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- MACIEL, B. Mulher e Ciência: questões e problemas da inserção feminina na pesquisa científica identificados pela agenda-setting de dois periódicos internacionais. 2002, tese de doutorado em comunicação social – Universidade Metodista de São Paulo.

MOURA, M.C.D.; MORENO, R.F.C. A interdependência das esferas da reprodução e produção na produção de indicadores: reflexões a partir da experiência das mulheres rurais no sertão do Apodi. **Mediações**, Londrina, v.18, n. 2, jul-dez. 2013, p. 28-45. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2013v18n2p28> Acesso em: 10 jul. 2017.